

EURO-LETTER^(*)

N.º 122

Junho de 2005

A Euro-letter é publicada em nome da ILGA-Europa – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay (*International Lesbian and Gay Association*), pela Secção Internacional da Associação Nacional Dinamarquesa de Gays e Lésbicas, com apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia Contra a Discriminação.

Editores: *Steffen Jensen, Juris Lavrikos, Ken Thomassen, Peter Bryld, Lisbeth Andersen e Soeren Baatrup.*

Para contactar a Euro-Letter: steff@inet.uni2.dk; <http://www.steffenjensen.dk/>.

Pode receber a Euro-Letter por e-mail [em inglês] enviando uma mensagem sem conteúdo para euroletter-subscribe@egroups.com.

Todas as Euro-Letters estão disponíveis [em inglês] na Internet, em <http://www.steff.suite.dk/eurolet.htm>.

Esta Euro-Letter está disponível em formato pdf [em inglês] em http://www.steff.suite.dk/eurolet/eur_122.pdf.

Traduções em português disponíveis em: <http://www.steff.suite.dk/eurolet.htm>.

Traduções em alemão disponíveis em: <http://www.lglf.de/ilga-europa/euro-letter/index.htm>

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.

NESTE NÚMERO:

- **SUÍÇA RECONHECE DIREITOS ÀS UNIÕES HOMOSSEXUAIS APÓS A REALIZAÇÃO DE REFERENDO;**
- **ACTUALIZAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO PROJECTO DE LEI ESLOVENO RELATIVO AO REGISTO DAS UNIÕES HOMOSSEXUAIS;**
- **O «NÃO» FRANCÊS E HOLANDÊS PODERÁ PÔR EM CAUSA A PROTECÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO?**
- **A ILGA-EUROPA CONTINUA A LUTAR PELOS DIREITOS DE LGBT JUNTO DA CSOE;**
- **RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE PROTECÇÃO DAS MINORIAS E POLÍTICAS CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES NA EUROPA ALARGADA;**
- **2007 SERÁ O «ANO EUROPEU DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS»;**
- **POLÍTICAS EUROPEIAS RELATIVAS À JUVENTUDE: AS PROPOSTAS DA COMISSÃO;**
- **11.ªS UNIVERSIDADES MEDITERRÂNICAS DE VERÃO SOBRE AS HOMOSSEXUALIDADES;**
- **ACÇÃO DE FORMAÇÃO SALTO-YOUTH RAINBOW 2005.**

^(*) A presente versão portuguesa foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade da tradução, esta não deve ser reproduzida sem ser confrontada com a versão inglesa (original) da Euro-Letter. Todas as citações de documentos oficiais que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas.

SUÍÇA RECONHECE DIREITOS ÀS UNIÕES HOMOSSEXUAIS APÓS A REALIZAÇÃO DE REFERENDO

Pela swissinfo, June 5, 2005

<http://www.swissinfo.org/sen/swissinfo.html?siteSect=105&sid=5845155>

Os grupos de defesa e promoção dos direitos dos homossexuais estão a comemorar o referendo de Domingo, em que a população aprovou uma nova lei que permitirá aos casais homossexuais registar as suas uniões.

O resultado da votação significa que os casais homossexuais beneficiarão dos mesmos direitos dos casais unidos pelo casamento nos domínios das pensões, dos direitos sucessórios e do direito fiscal. Mas não poderão adoptar crianças ou recorrer à procriação assistida.

Os resultados do referendo de Domingo revelam que 58% dos eleitores apoia as uniões registadas, o que os responsáveis da campanha pelo «Sim» descreveram como «magnífico».

Contactado durante uma festa comemorativa da vitória, depois de serem conhecidos os resultados, o porta-voz da campanha Christian Verdon afirmou à *swissinfo* que estava «muito feliz».

«[O resultado] demonstra que nós somos uma sociedade pluralista que defende as suas minorias. Os homossexuais ganharam hoje o seu lugar na sociedade».

Verdon acrescentou que o resultado constituía ainda um grande passo em frente na luta contra a homofobia. «Ele dará aos casais homossexuais maior visibilidade», disse ele. «As pessoas só temem o que não conhecem».

Embora a lei sobre uniões registadas tenha sido aprovada pelo parlamento, um pequeno partido religioso conservador, a União Democrática Federal, recolheu assinaturas suficientes para obrigar à realização do referendo de Domingo.

Nicole Béguin, co-presidente das organizações lésbicas suíças, afirmou que o resultado constituía um claro sinal de que os homossexuais eram aceites no país.

«Há dez anos atrás uma proposta deste género nunca teria sido aprovada».

Decepção

Reagindo ao resultado, a campanha pelo «Não», que fez uma enorme pressão contra as uniões homossexuais no período que antecedeu a votação, afirmou que não estava desapontada com o resultado e que o aceitava.

«Estamos surpreendidos com o resultado, que foi melhor do que o esperado, uma vez que conseguimos obter mais de 40% dos votos», disse Christian Waber, da União Democrática Federal. «Mas os cidadãos suíços têm agora de aceitar a sua responsabilidade pelo resultado».

Os opositores das uniões registadas já chamaram a atenção para o que chamam as «consequências» para a sociedade e em matéria de políticas sociais. De acordo com Waber, os casais homossexuais poderão agora começar a exigir o direito a adoptar crianças e a aceder a tratamentos de fertilidade.

Os apoiantes da campanha pelo «Não» afirmaram que irão agora lutar contra a possibilidade de os homossexuais explicarem às crianças em idade escolar o que é a homossexualidade.

«As crianças, especialmente, deixarão de perceber o que representa a heterossexualidade», afirmou Waber à *swissinfo*. «A sociedade tornar-se-á mais homossexual».

As uniões registadas só eram permitidas, até agora, ao nível regional, nos cantões de Zurique, Genebra e Neuchâtel.

A aprovação da lei – a primeira vez que foi objecto de votação a nível nacional na Europa – coloca a Suíça a par da França e da Alemanha.

As medidas, apoiadas pelo Governo, visam eliminar as desigualdades do actual sistema, que pode impedir os homossexuais de visitarem os seus companheiros doentes no Hospital ou serem sujeito a elevadas taxas de imposto sucessório.

Não se trata de casamento

No período que antecedeu a votação o Governo teve imenso cuidado de sublinhar que as uniões homossexuais não são equivalentes ao casamento tradicional.

«Uma união registada não é um casamento; é uma instituição para aquelas pessoas que, por definição, não podem casar», afirmou o Ministro da Justiça Christoph Blocher.

Muitos partidos políticos eram favoráveis à criação das uniões registadas para os casais homossexuais, mas a medida contava com a oposição do Partido do Povo Suíço, de direita, de Blocher.

A comunidade religiosa também estava dividida. A Conferência de Bispos Católicos manifestou-se contra a lei, mas a Federação de Igrejas Protestantes na Suíça apoiou-a.

A maior parte da comunidade gay também estava a favor da medida, mas algumas pessoas manifestaram-se preocupadas pelo facto de o diploma não permitir a constituição de uma família ou a prática de certos gestos simbólicos, tal como dizer «sim» no decurso de uma cerimónia – como acontece com o casamento – ou usar o mesmo nome.

As associações homossexuais deverão agora aguardar algum tempo para reflectir sobre o resultado, e não deverão fazer mais exigências, tais como a adopção por casais homossexuais, no futuro próximo, segundo Verdon.

«Seria um erro exigir [o direito a adoptar] agora. Nós ainda temos muito trabalho pela frente ao nível nacional para explicar às pessoas o que significa ser gay e o que são as uniões registadas».

ACTUALIZAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO PROJECTO DE LEI ESLOVENO RELATIVO AO REGISTO DAS UNIÕES HOMOSSEXUAIS

Por Tatjana Greif, SKUL-LL

No dia **17 de Junho** de 2005, o **projecto de lei sobre o registo de uniões de pessoas do mesmo sexo** foi objecto de segunda leitura no Parlamento nacional esloveno. O projecto de lei, que foi preparado pelo novo Governo conservador sem prévia consulta às organizações não governamentais LGBT, é claramente discriminatório, criando um *apartheid* sexual ao invés de assegurar a igualdade de direitos e de protecção.

O debate parlamentar de Junho em torno do projecto de lei foi profundamente **humilhante para os cidadãos LGBT**, que foram considerados «doentes» e «necessitados de tratamento médico», e comparados com **alcoólicos e cleptomaniacos**. «Este amor é uma doença», foi afirmado, entre outros, pelo deputado **Anton Kokalj** (NSi). Para além disso, durante o debate, o deputado **Pavel Rupar** (membro do principal partido no Governo, o SDS) sugeriu a introdução de «testes ginecológicos dos genitais obrigatórios» para duas deputadas dos partidos da oposição, a Sr.^a **Majda Potrata** (DS) e a Sr.^a **Majda Sirca** (LDS), que sugeriram a introdução de diversas correcções no projecto de lei. O vice-presidente do parlamento, Sr. **Saso Pece**, recusou-se a impedir este tipo de considerações extremamente grosseiras e fez continuar o debate. Por essa razão os membros do DS e LDS abandonaram a sessão, retirando-se da câmara.

O novo **projecto de lei sobre o registo das uniões de pessoas do mesmo sexo** é substancialmente mais pobre do que a antiga proposta (projecto de lei sobre Uniões Homossexuais), e regula apenas as relações patrimoniais entre os companheiros, o direito, prevê o dever de apoiar o companheiro socialmente mais fraco e confere direitos sucessórios limitados. Não cria nenhuns direitos em matéria de segurança social (o direito a beneficiar de quaisquer subsídios ou de seguro de saúde, ou de quaisquer pensões) e não cria qualquer relação de parentesco entre os companheiros.

O **projecto de lei sobre o registo das uniões de pessoas do mesmo sexo** deverá ser objecto de ulterior discussão e, provavelmente, aprovado pelo parlamento nacional no dia **22 de Junho**.

O longo caminho percorridos pelas ONG eslovenas na sua luta pela legalização das uniões de pessoas do mesmo sexo, que **começou em 1997**, está agora num beco sem saída. Enquanto o governo anterior, liberal, precisou de sete anos para apresentar a questão ao Parlamento, e a falta de vontade política era mais do que óbvia, o novo governo conservador está a apressar a legalização parcial das uniões gays e lésbicas sem a realização de qualquer diálogo com a sociedade civil, ignorando as reais necessidades dos cidadãos LGBT. A discussão em torno dos direitos de gays e lésbicas na Eslovénia tornou-se uma arena de luta política entre os dois blocos partidários, cada um deles entrincheirado em posições diametralmente opostas. Não existe vencedor numa situação como esta: quem realmente perde são os casais de gays e lésbicas.

Para a comunidade e para as organizações LGBT foi uma grande decepção quando uma das primeiras medidas do novo governo consistiu em retirar o **projecto de lei sobre uniões homossexuais** da ordem de trabalhos do Parlamento, em Dezembro de 2004. Antes de o governo ter mudado, o parlamento nacional esloveno tinha apreciado o projecto em Julho de 2004. O (antigo) projecto sobre uniões homossexuais foi preparado conjuntamente pelo governo e pelas ONG. O diploma conferia todos os direitos decorrentes do casamento, com excepção do direito a adoptar.

O «NÃO» FRANCÊS E HOLANDÊS PODERÁ PÔR EM CAUSA A PROTECÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO?

No passado mês de Maio dois dos Estados-Membros fundadores da União Europeia, a França e a Holanda, votaram «Não» nos seus referendos sobre a Constituição Europeia. O governo do Reino Unido suspendeu a sua decisão de realizar um referendo no país. A rejeição, numa semana, da Constituição por parte de dois dos mais antigos e, tradicionalmente, mais pró-europeus dos Estados-Membros e o cancelamento do referendo no Reino Unido desencadeou uma séria crise política e levantou dúvidas sobre todo o «projecto europeu». Apesar do apelo de Bruxelas para que a ratificação da Constituição prossiga nos outros Estados-Membros da UE, existe uma dúvida muito real e séria sobre o seu futuro.

A Constituição Europeia, se ratificada por todos os Estados-Membros da UE, tornar-se-ia o primeiro tratado internacional a proibir de forma expressa a discriminação fundada na orientação sexual. Ela imporá às instituições e Estados-Membros da UE o dever de não discriminarem com fundamento na orientação sexual no desenvolvimento do direito comunitário.

O «Não» da França e da Holanda cria incerteza sobre o futuro da Constituição Europeia e poderá levar à sua renegociação por parte de todos os 25 Estados-Membros. A ILGA-Europa está preocupada pelo facto de poder vir a ser difícil alcançar um acordo unânime de modo a dar aos direitos fundamentais, incluindo a proibição da discriminação fundada na orientação sexual, uma posição de destaque no documento básico da UE.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa, afirmou: «Qualquer que seja o resultado da presente crise em torno da Constituição Europeia, exortamos todas as instituições da UE e todos os Estados-Membros da UE para que se lembrem que a igualdade e a não-discriminação são os princípios básicos fundamentais da União e esperamos que a União continue o seu trabalho e empenho na luta contra todas as formas de discriminação, incluindo a dirigida contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais.

Mais informação sobre a Constituição Europeia pode ser encontrada no nosso *website*: www.ilga-europe.org.

A ILGA-EUROPA CONTINUA A LUTAR PELOS DIREITOS DE LGBT JUNTO DA OSCE

As questões relativas a LGBT estão a tornar-se mais visíveis e proeminentes, enquanto a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) continua a desenvolver a sua política em matéria de tolerância e de

não-discriminação, criando novos instrumentos e organizando enormes eventos intergovernamentais. É verdade, contudo, que os crimes fundados no ódio e a discriminação contra as comunidades LGBT têm recebido menos atenção e relevo que o anti-semitismo, o racismo ou mesmo um conceito inventado recentemente – a “cristianofobia”. As discussões em torno do anti-semitismo e da “cristianofobia” dominaram a Conferência da OSCE sobre Anti-Semitismo e Outras Formas de Intolerância, que teve lugar em Córdoba nos dias 7 a 9 de Junho. A ILGA-Europa, que se fez representar pela sua Directora Executiva, Patrícia Prendiville, e pelo seu recentemente nomeado Director de Programas, Maxim Anmeghichean, procurou fazer um intenso trabalho de *lobbying* durante os três dias.

A ILGA-Europa fez uma intervenção oral e apresentou uma intervenção escrita, exortando os Estados-Membros a descriminalizarem a homossexualidade (ainda punida com pena de prisão no Turquemenistão e no Uzbequistão), a igualarem a idade de consentimento para a prática de actos sexuais, a aprovarem legislação anti-discriminatória que proíba a discriminação fundada na orientação sexual, na identidade de género e na expressão sexual, e a incluírem as questões relacionadas com LGBT nos programas de treino e de ensino das forças policiais. É importante sublinhar que um significativo número de intervenientes, como aconteceu com os representantes dos EUA, da Presidência luxemburguesa da EU, da Holanda, da Suécia, da Alemanha e da Espanha fizeram referência à orientação sexual quando aludiram aos crimes fundados no ódio. Foi estabelecida uma relação de trabalho com o Representante Pessoal do actual presidente em exercício da OSCE para as questões relacionadas com o Racismo, a Xenofobia e a Discriminação, a Sr.^a Anastasia Crickley. A Sr.^a Crickley dirigiu uma nota ao Governo polaco sobre a proibição da Marcha pela Tolerância de Varsóvia. À margem da conferência, a ILGA-Europa organizou um seminário sobre os crimes fundados no ódio nas comunidades LGBT. O principal orador foi Ricardo Soares, de Portugal, que teve a coragem de partilhar a descrição de um crime fundado no ódio de que foi vítima, cometido por uma milícia portuguesa.

Infelizmente, a Declaração de Córdoba, aprovada pelos Estados-Membros durante a conferência, não contém quaisquer referências à orientação sexual, à identidade de género ou à expressão sexual, bem como ao povo cigano. Este facto é, em si mesmo, significativo, e demonstra que ainda é preciso muito trabalho para tornar a OSCE uma organização internacional mais inclusiva. E a ILGA-Europa está preparada para o desenvolver!

Intervenções da ILGA

CONFERÊNCIA DA OSCE SOBRE ANTI-SEMITISMO E OUTRAS FORMAS DE INTOLERÂNCIA

Córdoba, 8-9 de Junho de 2005

Sessão 3: Responder aos crimes anti-semíticos e fundados no ódio

Intervenção de Patricia Prendiville, ILGA-Europa

Recebemos notícia da ocorrência de crimes violentos fundados no ódio homofóbico na Bulgária, na Moldova, na Suécia, na Alemanha, na Holanda, na Irlanda, na Turquia, no Reino Unido, na Grécia, nos Estados Unidos da América e em Portugal, todos ocorridos nos últimos seis meses.

Em muitas destas situações a vítima foi obrigada a denunciar os crimes num ambiente em que lhe era ou impossível ou muito difícil determinar a motivação que esteve na origem da agressão. Em alguns casos, o perigo decorrente da denúncia e as consequências subsequentes para a pessoa eram muito pesados e o crime não foi denunciado.

Nestes últimos dois meses, foram proibidas Marchas do Orgulho – Marchas pela Diversidade, por uma Cultura da Tolerância, na Moldova, na Roménia e na Polónia.

Salientamos o trabalho muito positivo do ODIHR no desenvolvimento de uma definição de trabalho do que deve entender-se por crimes fundados no ódio, que inclui os crimes devidos à orientação sexual, e o programa piloto de formação de agentes policiais e o desenvolvimento de uma base de dados relativa aos crimes fundados no ódio.

Para além disso, salientamos igualmente o papel que a Representante Pessoal do presidente em exercício tem desenvolvido na discussão destas situações com os Representantes dos Estados-Membros.

Exortamos a OSCE e todos os seus Estados-Membros:

- A alterarem o rascunho da Declaração de Córdoba, na versão tornada pública, de forma a incluir o assédio e o incitamento à prática de crimes de ódio fundados na orientação sexual, na identidade de género e na expressão sexual;
- A adoptarem e utilizarem a definição de trabalho de crimes fundados no ódio desenvolvida pelo ODIHR;
- A encorajarem todos os Estados Participantes a incluírem a orientação sexual e a identidade de género na definição dos crimes fundados no ódio;
- A desenvolverem políticas de formação das forças policiais de modo a que nenhum crime fundado na violência homofóbica deixe de ser denunciado devido a receio da vítima;
- A participarem no programa piloto de formação de agentes policiais no domínio dos crimes fundados no ódio desenvolvido pelo ODIHR;
- A contribuírem para uma maior consciencialização e um maior apoio à tolerância em todas as sociedades, particularmente no tocante a eventos sociais e culturais desenvolvidos por grupos minoritários.

Encorajamos todos os Estados e Instituições a apoiarem o desenvolvimento do registo e acompanhamento da ocorrência dos crimes fundados no ódio.

Estamos preparados e disponíveis para trabalhar com quaisquer outras ONG, aproveitando a sua experiência na investigação, denúncia e acompanhamento dos crimes fundados no ódio.

Mas tal como acontece com todas as demais formas de crimes fundados no ódio e na intolerância, a responsabilidade desta tarefa não pode recair exclusivamente sobre as ONG e à comunidade lésbica, gay, bissexual e transsexual. Os Estados e Instituições devem igualmente participar de forma significativa neste esforço.

Intervenção de Maxim Anmeghichean, ILGA-Europa

As organizações que fazem parte da ILGA-Europa, espalhadas por todos os Estados-Membros da OSCE, documentaram numerosos casos de violações dos direitos humanos, de crimes fundados no ódio e de discriminação devidos à orientação sexual, à identidade de género e à expressão sexual. Estas violações são perpetradas por grupos sociais preconceituosos, mas em muitos casos têm natureza institucional e são devidas à actuação de autoridades estatais. Elas podem assumir a forma de leis discriminatórias (a homossexualidade ainda é criminalizada em dois Estados-Membros da OSCE: Uzbequistão e Turquemenistão), bem como a forma de práticas discriminatórias, com origem, muitas vezes, em particular nos países da Europa de Leste, nas autoridades policiais.

Neste contexto, exortamos os Estados-Membros da OSCE para que:

- Pressionem os governos do Turquemenistão e o Uzbequistão a descriminalizem as relações homossexuais consensuais;
- Revoguem a legislação discriminatória em matéria de direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, em particular no tocante à previsão de uma idade de consentimento para a prática de relações homossexuais em alguns dos Estados-Membros;
- Desenvolvam ferramentas educacionais dirigidas à promoção da tolerância nas escolas e em outras instituições educativas, relativas a todas as questões relacionadas com minorias sociais, incluindo a orientação sexual, a identidade de género e a expressão sexual;
- Assegurem que o ODIHR tem recursos suficientes para desenvolver a sua actividade nos domínios da tolerância e não-discriminação;
- Proporcionem recursos às ONG de modo a assegurar o estabelecimento de parcerias adequadas entre o ODIHR e a sociedade civil e a permitir a implementação de projectos conjuntos, por exemplo no domínio da recolha de dados sobre crimes fundados no ódio;
- Assegurem a continuidade, reforcem e garantam apoio pleno aos gabinetes dos três Representantes Pessoais do presidente em exercício.

Em nome da comunidade LGBT europeia, gostaríamos de lamentar o facto de a presidência eslovena não ter feito quaisquer referências, no texto do rascunho da declaração de Córdoba, à discriminação ou incitamento ao

ódio contra as comunidades lésbica, gay, bissexual e transsexual, bem como aos os ciganos, aos Sinti e às comunidades itinerantes. Esperamos que esta enorme omissão possa ser rectificada no final da conferência ou nas próximas semanas.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE PROTECÇÃO DAS MINORIAS E POLÍTICAS CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES NA EUROPA ALARGADA

No dia 8 de Junho de 2005, o Parlamento Europeu aprovou uma Resolução sobre a protecção das minorias e políticas anti-discriminatórias numa europa alargada (2005/2008(INI)).

Várias propostas de alteração sugeridas pela ILGA-Europa foram incorporadas no relatório e aprovadas. Um conjunto de propostas visava sublinhar os fenómenos da homofobia e dos crimes fundados no ódio. Outro conjunto de propostas visava o reforço do acesso das ONG que lutam contra a discriminação aos fundos estruturais, designadamente o Fundo Social Europeu.

O Texto integral da resolução pode ser encontrado em: <http://www2.europarl.eu.int/omk/sipade2?PUBREF=//EP//TEXT+TA+20050608+ITEMS+DOC+XML+V0//EN&LEVEL=3&NAV=X#sdocta5>¹

2007 SERÁ O «ANO EUROPEU DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS»

A Comissão Europeia decidiu que 2007 será o «Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos», uma iniciativa que surge no contexto de um esforço concertado para promover a igualdade e a não-discriminação no seio da UE. O Ano Europeu é a peça central de uma estratégia pensada para assegurar que a discriminação é efectivamente objecto de atenção, que a diversidade é celebrada e que a igualdade de oportunidades para todos é realmente promovida. A estratégia é apresentada numa Comunicação adoptada pela Comissão Europeia no dia de hoje.

Os quatro temas principais do ano Europeu proposto pela Comissão são:

- Direitos – aumentar a consciência do direito à igualdade e à não-discriminação;
- Representação – estimular um debate sobre as formas de aumentar a participação de grupos sub-representados na sociedade;
- Reconhecimento – celebrar e acolher a diversidade;
- Respeito e tolerância – promover uma sociedade mais coesa.

O orçamento proposto para este Ano, de €13.6 milhões irá ser utilizado para financiar acções preparatórias a desenvolver em 2006, bem como as diferentes actividades que terão lugar durante o Ano propriamente dito, em 2007.

Para além do Ano Europeu, entre as novas iniciativas anunciadas pela Comissão contam-se:

- A realização de um estudo de exequibilidade de novas medidas para complementar a legislação anti-discriminatória da CE;
- A criação de um grupo consultivo de alto nível para analisar a integração de minorias no mercado social e de trabalho, incluindo os ciganos.

http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/news/news_en.htm

¹ A versão portuguesa do texto pode ser encontrada neste endereço: <http://www2.europarl.eu.int/omk/sipade2?PUBREF=//EP//NONSGML+TA+20050608+SIT+DOC+PDF+V0//PT&LEVEL=3&NAV=X> [N.T.]

POLÍTICAS EUROPEIAS RELATIVAS À JUVENTUDE: AS PROPOSTAS DA COMISSÃO

No dia 30 de Maio a Comissão Europeia adoptou uma Comunicação sobre as «Políticas de Juventude Europeias». Este texto surge na sequência da adopção, em Março de 2005, pelo Conselho Europeu, do Pacto Europeu Para a Juventude, que propôs a adopção de medidas dirigidas especificamente aos jovens nos domínios do emprego, da integração e da promoção social, da educação e da formação, da mobilidade e da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

A Comunicação salienta que o desemprego entre os jovens é mais do dobro da taxa de desemprego global na Europa, e que os jovens, enquanto grupo social, estão particularmente expostos à pobreza. De acordo com a Comunicação, os objectivos de Lisboa de um maior crescimento e de mais emprego só podem ser alcançados «*se os jovens forem adequadamente apetrechados com conhecimentos, qualificações e competências por meio de educação e formação pertinentes e de grande qualidade. Para tanto, é indispensável remover barreiras como sejam a pobreza crescente e a exclusão*»². A Comunicação prevê a realização de uma ampla consulta sobre as políticas de juventude, começando por uma consulta via Internet neste Verão, a culminar com os «Estados Gerais» da Juventude – «A Juventude toma a palavra», no final de 2005. (*Fonte: CE*)

Para mais informações, pode consultar-se: http://europa.eu.int/comm/youth/index_en.html

11.^{as} UNIVERSIDADES MEDITERRÂNICAS DE VERÃO SOBRE AS HOMOSSEXUALIDADES

É novamente possível realizar a inscrição para as 11.^{as} Universidades Mediterrânicas de Verão sobre a Homossexualidade (UEEH) (<http://www.ueeh.org>). Elas decorrerão em Marselha, no *Campus Leminy*, de terça-feira, 19 de Julho, a terça-feira, 26 de Julho de 2005.

Durante uma semana inteira, várias centenas de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, de todos os géneros, sexos, idades, origens e nacionalidade, irão reunir-se para esta 11.^a edição. Abertas a todos, as UEEH constituem um espaço de partilha, debate, de grupos de discussão. Isto é conseguido através de conferências, *workshops*, exposições, actividades lúdicas, espectáculos, etc..

O programa abrange a análise de projectos desenvolvidos por associações e indivíduos, em França e noutros locais, ao longo de todo o ano, com vista a aumentar a visibilidade de lésbicas, a questão transsexual, a saúde e a discriminação no lugar de trabalho, entre outras matérias. Quem quiser apresentar os seus próprios projectos pode fazê-lo utilizando o formulário disponível no *website* das UEEH.

No dia 22 de Julho será realizado um seminário dedicado ao tema «Feminismos e a questão do Género: O Corpo em Guerra».

A natureza internacional das UEEH será assegurada pela significativa presença de representantes de um grande número de organizações LGBT da Turquia, da Moldova, da Polónia, mesmo da Líbia e Albânia! Italianos, espanhóis, portugueses, belgas, suíços e canadianos do Quebeque planeiam igualmente participar.

Um programa preliminar pode ser encontrado no *website* das UEEH e as inscrições estão abertas, o formulário está disponível tanto em francês como em inglês. O número de quartos disponível na Universidade ronda os 400, por isso inscrevam-se rapidamente!

Mais uma vez, as UEEH constituem um evento único, um centro de partilha e criação, um ponto de encontro para muitas diversidades.

² Cita-se a versão portuguesa do documento disponível em <http://europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0206:FIN:PT:PDF> [N.T.]

ACÇÃO DE FORMAÇÃO *SALTO-YOUTH RAINBOW 2005*

Um curso de formação para quem (assistentes sociais, tutores...) trabalha com jovens gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais (simbolizados pelo arco-íris) sobre como utilizar o programa europeu YOUTH como um instrumento para alcançar uma maior aceitação, visibilidade e inclusão deste grupo-alvo. (limite para candidaturas: 7 de Setembro de 2005). Mais informação em: <http://www.salto-youth.net/tcrainbow/>.